

## GEOGRAFIAS CULTURAIS NO/DO PLANTATIONOCENO

**Carlos Roberto Bernardes de Souza Júnior**  
Universidade Estadual do Maranhão – UEMA  
Departamento de História e Geografia, Caxias, MA, Brasil  
[carlosroberto2094@gmail.com](mailto:carlosroberto2094@gmail.com)

### RESUMO

As crises socioambientais decorrentes das mudanças climáticas têm impellido as ciências humanas a refletirem sobre as condições experienciais das catástrofes que se multiplicam e intensificam. Nesse sentido, questiona-se o caráter genérico da humanidade implicada no “Antropo” de Antropoceno e explicita-se a potencialidade explicativa do conceito de Plantationoceno como sua alternativa. Ele apresenta um modo abrangente de compreensão dos arranjos de precariedade do presente por situar as distopias dessa época como decorrências do sistema *plantation*. O presente ensaio visa problematizar as realidades geográficas apocalípticas do Plantationoceno e as maneiras pelas quais os geógrafos culturais têm respondido às questões por elas suscitadas. Para tanto, ele procede por uma investigação bibliográfica interdisciplinar que articula Geografia, Antropologia e Filosofia. Considera-se que enfrentar as condições de co-vulnerabilidade dessa época envolve a valorização de imaginários geográficos de intersubjetividade e intercorporeidade multi-espécies. Ao enovelar experiências, sentidos e práticas humanas e não-humanas, torna-se possível compreender dinâmicas de coabitação terrestre que ofertam olhares caleidoscópicos contrapostos à hegemonia antropocêntrica das reverberações das *plantations*. Conclui-se que transcender os arruinamentos e as precariedades de (sobre)vivência no Plantationoceno solicita a constituição de geografias culturais que prezem a convivialidade de imaginações geográficas pluritópicas e heterogêneas.

**Palavras-chave:** Imaginário. Distopia. Ruínas. Precariedade. Realidade Geográfica.

## CULTURAL GEOGRAPHIES IN/OF THE PLANTATIONOCENE

### ABSTRACT

The climate change socioenvironmental crisis has impelled human sciences to reflect upon the experiential conditions of the multiplying and intensified catastrophes. Thus, they question the generic character of humanity implicit in the “Anthropos” of Anthropocene and highlight the explicative potential of Plantationocene as its conceptual alternative. It presents an in-depth way to comprehend the present assemblages of precarity by situating the dystopias of this epoch as consequences of the plantation system. This essay aims to problematize the Plantationocene’s apocalyptic geographical realities and how cultural geographies have been answering the call evoked by its consequences. To do so, it employs a bibliographical investigation that articulates Geography, Anthropology and Philosophy. It considers that facing the conditions of co-vulnerability of this epoch involves the valorisation of geographical imaginaries of multispecies’ intersubjectivity and intercorporeality. The intertwining of human and non-human experiences, senses and practices enables one to comprehend cohabitational earthy dynamics that foregrounds kaleidoscopic views that contrapose the anthropocentric hegemony of plantation reverberations. It concludes that transcending the ruining and precarities of survival in the Plantationocene solicits the constitution of cultural geographies that touch upon the conviviality of pluritopic and heterogeneous geographical imaginations.

**Keywords:** Imaginary. Dystopia. Precarity. Ruins. Geographical Reality.

## INTRODUÇÃO

O período atual é marcado pelas mudanças climáticas e as crises socioambientais delas decorrentes. Essas alterações no funcionamento dos sistemas terrestres ocasionam em desequilíbrios ecológicos que afetam múltiplos territórios e realizam transformações geologicamente relevantes que suscitaram Crutzen (2002) a popularizar o conceito de Antropoceno para denominar essa época. Embora não haja consenso acerca de um ponto histórico inaugurador, a ideia do Antropoceno desvela estratigrafias dos resíduos das consequências das ações antrópicas das civilizações ocidentais.

Como resultados da expropriação capitalista, extinções em massa, desmatamentos, extrações desreguladas, aumento das emissões de carbono, destruição de habitats, queimadas, incêndios recorrentes, nevascas fora de época, ondas de calor, ecocídios, deslocamentos forçados e outros fenômenos destrutivos se expandem pela Terra. Acosta (2016) salienta que esses fenômenos se consubstanciam como incorrências da paradoxal lógica de crescimento econômico linearizante *ad infinitum* com base em um planeta com capacidade cíclica e finita de renovação.

Tais fenômenos destrutivos têm impactos desiguais nos diferentes pontos do globo. Entre o norte e o sul global, há um abismo de recursos e condições para lidar com os desdobramentos catastróficos das fraturas ecológicas intensificadas pela ação antrópica ocidental e hegemônica. As condições assimétricas, intensas e aceleradas das tensões socioambientais decorrentes dessa condição despertam a atenção das ciências humanas para as teias de vulnerabilidades, relacionalidades e espacialidades por elas impostas (HARAWAY et al., 2016).

A desigualdade de alastramento das consequências e daqueles que reproduzem suas causas suscita que o “antropos” aludido pela noção de Antropoceno é insuficiente para abarcar os complexos arranjos de precariedades socioambientais do presente. Como situa Haraway (2015), talvez sejam necessários múltiplos nomes que salientem aspectos e nuances das fraturas ecológico-sociais, como Capitaloceno, Chthuluceno ou Plantationoceno. Esse último se caracteriza por demarcar a *Plantation* ocidental-colonial como ponto inicial das expropriações que ecoam tanto nas desigualdades socioespaciais quanto nas mudanças climáticas (WOLFORD, 2021).

O Plantationoceno é uma distopia em construção que coloca o sistema de expropriação iniciado na invasão europeia do sul global no cerne das discussões. As situações de precariedade vividas nesses territórios são consequências da cisão humano-natureza que ecoou nas condições de racismo, misoginia, homofobia, epistemicídio, ecocídio, genocídio e violência hegemônicas por essa dinâmica. Também salienta o processo pelo qual a lógica do *plantation* angariou as condições para a revolução industrial no norte global (TSING, 2015; HARAWAY et al., 2016; WOLFORD, 2021).

A realidade geográfica do Plantationoceno enovela questões culturais, ecológicas, corporais, sociais e políticas em teias de relações que salientam vulnerabilidades apocalípticas. Conforme evoca Whatmore (2006), ao buscar compreenderem esses entrecruzamentos inerentes às problemáticas contemporâneas, há uma virada em curso entre os geógrafos culturais que almejam reconectar os sentidos do “bio” e do “geo” nesse campo disciplinar. Nas abordagens culturais em geografia, esse processo visa ampliar seus horizontes para desvelar as condições multi-espécie de precariedade, de modo a salientar as subalternizações, irreverências, enfrentamentos, imaginários e condições intersubjetivas das experiências geográficas concernentes às fraturas socioambientais contemporâneas.

Destarte, o presente ensaio visa problematizar as realidades geográficas do Plantationoceno e as possibilidades interpretativas das geografias culturais face às questões pluritópicas por elas suscitadas. Para tanto, procede-se por uma reflexão bibliográfica interdisciplinar influenciada pela Geografia, Antropologia e Filosofia. Intenciona-se correlacionar as maneiras pelas quais as abordagens dessas ciências expandem a compreensão das questões referentes às experiências geográficas do Plantationoceno e as possibilidades de transcendência de suas condições distópicas.

## DO ANTROPOCENO AO PLANTATIONOCENO

O Antropoceno surgiu como uma proposta de demarcação geológica que salienta o impacto estratigráfico da ação humana no planeta. Trata-se de uma época que se insere após ou em sobreposição ao holoceno, ainda que sem uma datação específica em função de divergências na delimitação de seus limites temporais. Alguns defendem que o Antropoceno se inicia com a invenção da agricultura há aproximadamente 12.000 anos e outros, como Crutzen (2002), argumentam que o ponto inicial seria a revolução industrial.

Conforme destaca Simpson (2020), embora Crutzen e Soermer tenham sido responsáveis pela popularização desse conceito, eles foram influenciados por diversos teóricos precedentes desde o século XVIII, como Stoppani, Marsh, Teilhard de Chardin, cujos tiveram ideias similares ao propor uma “era Antropozóica”. Pode-se observar que a noção de que a humanidade tem um impacto estratigráfico no planeta é uma reflexão que advém de um horizonte histórico coincidente com a próprio processo eurocêntrico de expropriação ecológica particularmente intensificado no colonialismo.

Blaser e De la Cadena (2018) apontam que a ideia das civilizações humanas como forças geológicas torna nítida as condições expropriativas do presente. Dessa maneira, como um modo de expressar os desdobramentos humanos no sistema Terra, o Antropoceno incita os pesquisadores a pensarem a

civilização – especialmente a ocidental moderno-colonial euro-anglófona – na condição de uma força geológica em função de seus impactos no planeta (SIMPSON, 2020; TODD, 2015).

Esse conceito explicita como as consequências da poluição, extração e modificação dos ecossistemas têm e terão marcas estratigráficas visíveis no futuro distante da geologia terrestre. Demarca, logo, os vestígios precedentes e futuros de um determinado grupo de seres humanos agrupados genericamente no prefixo “antropo”.

Segundo Tsing (2015, p.19, trad.<sup>1</sup>) “a linha do tempo mais convincente do Antropoceno não começa com nossa espécie, mas com o advento moderno do capitalismo, o qual direcionou a destruição à longa distância de paisagens e ecologias. Essa linha do tempo, porém, torna o ‘antropo-’ um problema ainda maior”. A antropóloga problematiza que ao generalizar todas as civilizações e populações, o conceito de Antropoceno ignora as particularidades causais dos processos destrutivos da época atual.

Os impactos estratigráficos das ações de determinados grupos humanos na Terra não são decorrências biológicas da disposição corporal humana. Todd (2015, p.244, trad.) reitera que “nem todos os humanos estão igualmente implicados nas forças que criaram os desastres direcionadores das crises humano-ambientais contemporâneas”. De fato, elas são consequências de atitudes e projetos intencionais de grupos específicos – majoritariamente advindos do norte global – envolvidos nas lógicas de expropriação das entidades terrestres para transformá-las em recursos e mercadorias apropriáveis pelo capitalismo.

Simpson (2020) argumenta que o agrupamento de todas as transgressões antropogênicas no sistema terrestre na ideia do Antropoceno oculta e despolitiza o papel motriz do colonialismo e da desigualdade socioespacial nesse processo. Na condição de conceito generalizante, o Antropoceno ignora as especificidades dos habitantes dos territórios que foram colonizados, subalternizados, invadidos, espoliados e flagelados na construção do mundo contemporâneo. Ao secundarizar a raiz dos problemas, essa noção coloca todos como partícipes no horizonte de relações e lógicas expropriativas que mobilizam as crises socioambientais contemporâneas.

Há um conjunto de propostas que tentam recentralizar as condições radicais de emergência do desequilíbrio ecológico desdobrado das condições predatórias de expropriação. Uma das mais abrangentes é a conceitualização idealizada por David Ruccio e popularizada por Moore (2015) e Malm (2016) de denominação dessa época como Capitaloceno. Para esses autores, o conceito de Capitaloceno denota uma forma explícita de demarcar que o capitalismo é o momento transicional em que a história social transpõe a história natural nas relações humanas com os sistemas ecológicos.

A compreensão do Capitaloceno supera o paradigma generalizante inerente ao Antropoceno e situa a raiz da condição atual na descoberta e crescimento do uso de combustíveis fósseis para a reprodução dos nexos produtivos capitalistas. O Capitaloceno, a “era do Capital” ante a “era do Homem” do Antropoceno, demonstra o caráter desigual das relações com a Terra e o modo pelo qual as sociedades capitalistas se particularizam ao priorizar a reprodução do capital ante aos seres humanos na expansão de suas formas de apropriação das múltiplas teias de vida do planeta, como aponta Moore (2015).

Para Haraway (2016, p.56, trad.) o problema com essas concepções é que “tanto o Antropoceno quanto o Capitaloceno se prestam muito facilmente ao cinismo, derrotismo e a predições auto-concretizantes e auto-satisfatórias, como o discurso do ‘fim do jogo, tarde demais’ que recorrentemente ouço à minha volta esses dias”. Segundo a filósofa ecofeminista, o problema de ambas denominações é a reafirmação do problema e a reiteração conformista de que já não há mais o que ser feito para mudar a situação apocalíptica do cenário inercial das mudanças decorrentes dos desequilíbrios ecológicos.

Haraway (2015) problematiza que a proposta do Capitaloceno sobrevaloriza o papel do capital na condição de situação onipresente, determinante e omniabarcante nas múltiplas relações. Ao fazer isso, esse conceito estaria reforçando a posição que afirma o capitalismo como única possibilidade de reprodução sociocultural no planeta. Na condição de discurso, o Capitaloceno reitera o realismo capitalista em que é mais fácil contemplar o fim do mundo que o ocaso da civilização capitalista e sua transição para outras formas de se relacionar com a Terra (HARAWAY, 2016).

Em contraposição ao foco das conceituações do Capitaloceno e do Antropoceno como periodizações que têm por cerne a descoberta e utilização de recursos fósseis que possibilitaram a revolução industrial e alvorada capitalista, Haraway (2015; 2016) e Tsing (2015) propõem um enfoque no sistema *plantation* difundido pelo colonialismo. Elas posicionam o Plantationoceno como um caminho para decifrar a época

<sup>1</sup> Todas as citações diretas com a demarcação “trad.” são traduções livres realizadas pelo autor do artigo.

de desequilíbrio socioambiental contemporâneo na condição de desdobramento da colonização, diáspora africana e massificação da agricultura linearizada.

O termo Plantationoceno nasceu em uma mesa redonda ocorrida na Dinamarca em outubro de 2014 que reuniu antropólogos, filósofos e geógrafos para discutirem acerca das condições e contradições do Antropoceno. O debate desses pesquisadores foi posteriormente transcrito e publicado na revista *Ethnos* (HARAWAY et al., 2016). Nessa conversa, a problemática da raiz dos desequilíbrios contemporâneos surge como uma questão latente à compreensão da maneira mais adequada para se referir a essa época. Ao abordar o Capitaloceno eles refletem que:

Anna [Tsing]

As pessoas também se transformam em recursos alienados e foi esse movimento que permitiu a expansão do sistema *plantation*.

Donna [Haraway]

Talvez nós deveríamos propor uma palavra diferente para sinalizar isso? O Plantationoceno? Talvez esse seja um termo melhor e mais descritivo? [Risadas] O capitalismo é um desenvolvimento tardio!

Anna [Tsing]

Nós temos que entender as dinâmicas pelas quais as plantas e animais são abstraídas para virar recursos que podem ser usados como investimentos. *Plantations* e abatedouros são os lugares onde isso ocorre.

Noboru [Ishikawa]

Para mim, *plantations* são justamente a escravização das plantas. (HARAWAY et al., 2016, p.556, trad.).

Isso significa que em transcendência a meramente uma transgressão de nomenclatura, o Plantationoceno emerge como uma reconceitualização que coloca no centro os arranjos desiguais, as metamorfoses (forçadas ou espontâneas) e contradições geradas pela consolidação planetária do sistema *plantation*. O Plantationoceno envolve redes de precariedades emergentes dos processos e relações inerentes à massificação da monocultura escravizadora das plantas, dos solos, dos animais e dos humanos, assim como as economias extrativas de subordinação que incluem a diáspora africana e a violência socioambiental dos ecocídios, genocídios e epistemicídios dos povos nativos dos/nos territórios colonizados.

Enfocar as *plantations* é também uma forma de prover uma dimensão espacial para essa época. Como salientou Tsing no trecho supracitado, elas são os lugares onde o desequilíbrio socioambiental teve sua gênese e ecoa em outras múltiplas teias de vidas. A instituição do *plantation* nos países colonizados desde o século XV é, logo, o marco inicial do Plantationoceno. Entende-se que essa forma espoliativa compôs o circuito de elementos que possibilitaram a consolidação do capitalismo na Europa e as desigualdades socioespaciais nos países periféricos. O *plantation* expandiu as frentes basilares para a descoberta e expropriação da energia vivente do carbono contida no carvão, gás e petróleo, às quais estão na origem das progressivamente aceleradas e intensas mudanças climáticas (POVINELLI, 2016).

Ainda na mesa redonda de 2014, Haraway explicitou que “o sistema *plantation* antecede os termos Antropoceno e Capitaloceno. O Plantationoceno nos faz prestar atenção nas relocações históricas de substâncias do viver e do morrer na Terra como requisitos necessários para sua extração” (HARAWAY et al., 2016, p.557, trad.). O Plantationoceno centraliza o debate nas condições da transformação de todas as formas de energia, vida e existência em recursos-mercadorias para as civilizações ocidentais. Essa proposição expande o horizonte tempo-espacial de compreensão da época de crises atuais e explicita eloquentemente o papel do colonialismo na expansão das fraturas socioambientais.

As *plantations* dependeram e ainda dependem de relocações de plantas, sementes, animais, micróbios e pessoas para funcionarem. Elas não são obras do acaso, mas projetos interativos que vulnerabilizam teias de entidades. O conceito de Plantationoceno possibilita salientar as interações multi-espécies e dos distintos povos envolvidos na transformação das florestas tropicais em *plantations* de óleo de palma ou em pastagem para gado, assim como a expansão de “desertos” monocultores para a agricultura industrializada.

Conforme expõe Wolford (2021, p.1, trad.) “o conceito do Plantationoceno sugere que a agricultura de grande escala, orientada para a exportação e dependente de trabalho forçado exerceu um papel dominante na estruturação da vida moderna desde a inserção do poder Europeu nas Américas, Ásia e

África”. Esse conceito é uma resposta analítica e cosmopolítica às possibilidades constitutivas das condições extrativas e desiguais do mundo presente. Ao focar o sistema *plantation* e seus palimpsestos de reverberações distópicas, ele demonstra as redes de precariedade que enovelam os povos colonizados, os ecossistemas e as relações humanas e não-humanas por elas fraturadas.

Como fundamento do regime espoliativo territorializado no sul global, o *plantation* não desapareceu com o fim do colonialismo histórico. Ele tem continuidade na reprodução do latifúndio, da monocultura e da produção de *commodities* que alimenta a fornaça do capitalismo globalizado, assim como suas consequências catastróficas. O Plantationoceno, destarte, coloca em questão as consequências socioecológicas do *plantation* em suas transmutações e permanências no tempo-espaço (DAVIS et al., 2019).

O sistema industrial-alimentar mundial foi e é conformado pelo *plantation*. Como descreve Wolford (2021), a lógica-*plantation* é o ponto nevrálgico que estrutura a escolha de um número limitado de plantações como as bases para o modelo alimentício monocultor e industrializado. Ela é também a raiz de processos que impeliram e impelem a expulsão ou o genocídio de camponeses, indígenas e povos tradicionais em várias partes do planeta. Pensar por meio do Plantationoceno é empregar uma lente para decifrar as máquinas de fazer-ruína do liberalismo tardio em um contexto plural-heterogêneo de violência social, racial, ecológica, de sexualidade, de gênero e de etnia (TSING, 2015).

Observado por um olhar focado na situação geográfica do sul global e em suas consequências ecológicas, o Plantationoceno abarca os açoitamentos socioambientais incitados pelas invasões europeias (HARAWAY; 2015, 2016). No caso brasileiro, por exemplo, situações de precariedade, como as enchentes, tempestades, deslizamentos de terras sazonais, agressões aos povos indígenas e quilombolas, assassinato de lideranças de movimentos sociais, a expansiva insegurança alimentar, a violência policial, o rompimento de barragens como a do córrego do Feijão em Brumadinho/MG ou o aumento da grilagem associada ao desmatamento na Amazônia, entre múltiplas outras condições de vulnerabilidade, são desdobramentos do sistema *plantation* imposto pelos nexos coloniais.

Diferentemente do Capitaloceno que tem um enfoque marcadamente econômico, o Plantationoceno oferta uma maneira de observar os entrelaces de entidades humanas e não-humanas, de cosmovisões e de questões socioculturais envoltas nas fraturas ecológicas. As *plantations* são estruturas inerentemente marcadas por relações político-culturais-sociais-ecológicas desigualmente constituídas por assimetrias de poder humano e não-humano que estão na base do mundo contemporâneo (WOLFORD, 2021; HARAWAY, 2015). Como ponderam Davis et al. (2019), é necessário contemplar as nuances multifacetadas do sistema *plantation* e suas consequências intersubjetivas na busca pela justiça socioecológica que supere as imposições da época atual.

As relações que permeiam o Plantationoceno incorporam a violência e resistência racial, as tensões rurais e urbanas, a agricultura e a indústria, o global e o local, os seres humanos e os não-humanos, o norte e o sul globais, os saberes tradicionais e as ciências. Ao observar essas associações, busca-se desvelar arranjos de indissociabilidade em que os dualismos são transcendidos por análises que observam as realidades experienciais em suas dinâmicas cosmopolíticas de entrelaçamento.

## NA REALIDADE GEOGRÁFICA DO PLANTATIONOCENO

A multidimensionalidade das problemáticas do Plantationoceno evoca horizontes de sentidos convergentes aos nexos plurifacetados das espacialidades. Os entrelaçamentos de desequilíbrios socioambientais dessa época envolvem geografias precarizadas pelas condições expropriativas. São realidades geográficas que se associam em teias de violências e ruínas das reverberações espaço-temporais do *plantation*.

Para Dardel (2011), a realidade geográfica é o sentido basilar daquilo que garante um horizonte, ela engloba desde os lugares da infância até os deslocamentos cotidianos. Ela concerne ao amplo espectro de emoções, afetos e formas de compreensão do “onde” da experiência. Como explica o geógrafo (DARDEL, 2011, p.34), “a realidade geográfica exige, às vezes duramente, o trabalho e o sofrimento dos homens”.

Embora em seu sentido dardeliano o conceito de realidade geográfica abarque as especificidades da experiência geográfica humana, face aos arranjos multi-espécie intrínsecos às fraturas ecológicas atuais, creio que ele pode ser expandido para as múltiplas formas de existência terrestre. Ao operar essa transmutação conceitual, busca-se valorizar uma forma de entendimento do “onde” experiencial do Plantationoceno.

Assim como “a realidade geográfica age sobre um homem através de um alerta da consciência” (DARDEL, 2011, p.36), ela também ecoa nos outros seres, como nos animais não-humanos e plantas que são afetados pelos intempestivos fenômenos distópicos e diaspóricos das mudanças climáticas. Ela é tanto um “chamado” da quanto uma inerência à Terra habitada: uma forma de (con)vivência que perpassa pela condição espacial da existência, hodiernamente cindida pelas catástrofes socioambientais.

A realidade geográfica do Plantationoceno é um alastrar de fissuras que clivam os coabitantes do planeta. Entremeio a suas externalizações em desastres ecológicos, há também um efeito na própria possibilidade do horizonte experiencial geográfico dos diversos grupos humanos e não-humanos. Experiências geográficas de dissabores, flagelamento, desventura e angústia se expandem na Terra fraturada pelos ecos distópicos do *plantation*.

Os ecos presentificados do *plantation* são desastres em curso e a ocorrer, são amálgamas de realidades geográficas pretéritas, atuais e futuras que geram imprevisibilidades metamórficas. Nesse processo, as experiências geográficas são marcadas pela precariedade, por transformações em que o “onde” situacional instável é o horizonte em que as relações são tecidas. Face às expansivas fissuras da Terra, os arranjos provisionais tornam-se os elementos característicos das realidades geográficas entrópicas do Plantationoceno.

Como resume Haraway (2016, p.36, trad.), tratam-se de “tempos de urgência multi-espécie, incluindo a humana: de morte e de extinção em massa; de desastres impetuosos, cujas especificidades imprevisíveis são tolamente tomadas como a incognoscibilidade em si; de recusa de conhecer e cultivar a responsabilidade (*response-ability*)”. O Plantationoceno corporifica realidades geográficas de catástrofes intempestivas que afetam múltiplas entidades. São potestades de tempos e espaços flagelados em que os precários arranjos de (sobre)vivência são ameaçados pelas experiências de geografias distópicas.

Pensar por meio da precariedade é uma das maneiras de compreensão das geografias não-teleológicas da indeterminação inerente a essa época de contornos apocalípticos. Nas vulnerabilidades partilhadas entre as catástrofes do presente, faz-se necessário decifrar as condições dinâmicas da instabilidade terrestre em que os seres humanos e não-humanos constituem suas teias de vidas. Como descreve Tsing (2015, p.20, trad.):

Precariedade é a condição de ser e estar vulnerável aos outros. Encontros imprevisíveis nos transformam, nós não estamos sequer sob o controle de nós mesmos. Sem a capacidade de contar com a estrutura estável de uma comunidade, nós somos jogados em arranjos mutacionais que refazem tanto a nós quanto aos outros. Nós não podemos confiar no *status quo*; tudo está em fluxo, incluindo nossa habilidade para sobreviver.

Animais humanos e não-humanos, plantas, fungos, rochas, rios, vales, geleiras e até mesmo a troposfera fazem parte das redes de precariedade que se alastram pelo Plantationoceno. São envelamentos de arranjos em que a incerteza da realidade geográfica ecoa a vulnerabilidade partilhada nas fraturas da Terra. Assim como essa época é marcada pela cristalização de situações distópicas que por vezes se concretizam em topocídios catastróficos (TSING, 2015; POVINELLI, 2016), sua realidade geográfica é uma reverberação de precariedades entrecruzadas.

Se, como afirma Relph (1985, p.20, trad.), a “experiência geográfica (...) refere-se a todo o reino de sentimentos, ações e experiências apreendidos por indivíduos em um relacionamento distinto com seu ambiente”, no Plantationoceno ela pode ser caracterizada como um emergir de geografias catastróficas em devir. As experiências geográficas de vulnerabilidade e instabilidade nos instáveis arranjos mutacionais são marcos de (sobre)vivência em horizontes de imposições e encontros imprevisíveis.

A experiência geográfica da precariedade pode ser direcionadora para estratégias de construção de modos de (con)vivência em espaços instabilizados pelas ameaças de catástrofes. Nesse sentido, cabe-se considerar a precariedade da própria experiência geográfica do Plantationoceno, pois há um alastrar de práticas de fazer-ruínas que instauram lugares assombrados pelos desastres socioambientais. Ecos do flagelamento terrestre, as realidades geográficas arruinadas plasmam vulnerabilidades multi-espécies.

Trigg (2012) problematiza que o arruinamento é mais que o epifenômeno de erosão de uma dada materialidade em decorrência de um desastre. Ao ser transmutada em ruína, há o decaimento do passado de uma dada realidade geográfica. Em transcendência ao processo de reconfiguração da materialidade decorrente da ruptura, há uma dinâmica concomitante em que a tessitura espaço-temporal é desfigurada pelos eventos que nela transcorreram. As ruínas são feridas e cicatrizes dos traumas que expõem as vulnerabilidades vividas pelas entidades flageladas pelos fenômenos destrutivos do Plantationoceno.

As experiências geográficas arruinadas são externalizações das realidades fraturadas que reverberam a continuidade do sistema *plantation* como nexos originários das crises socioambientais. As ruínas dessa

época contêm as cicatrizes das mutilações de corpos e lugares humanos e não-humanos, de múltiplos seres implicados nos processos expropriativos que possibilitam a continuidade das distopias experienciais daqueles que são vulnerabilizados pelas teias de precariedade em que coabitam.

O Plantationoceno é uma máquina geográfica de produção de ruínas por meio de desarranjos socioambientais. As experiências geográficas dessa época são caracterizadas pela onipresença das desfigurações consequenciais dos desequilíbrios ecológicos relacionados às mudanças climáticas. *Plantations* são pervasivas, pois suas formas perpassam por múltiplas dimensões da vida. Wolford (2021, p.11, trad.) explicita que:

A *plantation* está no seu cereal, suco de laranja e manteiga de amendoim. É visível na vida cotidiana africana, onde novas *plantations* são instauradas com noções recicladas de 'vilagização' e modernização. É evidente na pobreza e desigualdade que marca os frágeis estados patronais (com instituições como o colégio eleitoral estadunidense, fundado em um sistema pró-escravidão) e por periferias ou favelas superpovoadas da América Latina, África e Ásia. Ela continua no racismo e na violência racial em todo o mundo. Ela é observável do espaço sideral por modelos incrementalmente sofisticados de análise de uso da terra e das mudanças climáticas. Ela é visibilizada em centros urbanos como São Paulo, onde as fumaças das queimadas da Amazônia tomaram os céus em agosto de 2019.

Experiências geográficas distópicas e apocalípticas, como as dos exemplos supracitados, são desdobramentos estratigráficos de (des)encontros marcados pela precariedade. Elas expressam as maneiras pelas quais os arruinamentos ocasionados pelo *plantation* se plasmam ubiquamente nos lugares. Nas teias de geografias precárias, as ruínas são externalizações dos espaços-tempos mutilados em que as mudanças climáticas se somam em desastres socioambientais e catástrofes progressivamente recorrentes.

O que está em jogo nas disrupções climáticas do Plantationoceno não é apenas a ruína do mundo das civilizações hegemônicas erigidas com base nas *plantations*. Como problematiza Toadvine (2021), é a própria base para o mundo e o tempo em si como os conhecemos que é arruinada por esses processos. Como epocalidade distópica, ela anuncia um cerramento de horizontes para experiências geográficas de convivialidade ao irromper teias de vidas humanas e não humanas enoveladas entre topocídios, ecocídios, epistemicídios e genocídios.

Nesse sentido, conforme discorrem Danowski e Castro (2017, p.27), “estamos, em suma, prestes a entrar – ou já entramos, e esta incerteza ela mesma ilustra a experiência de um caos temporal – em um regime do Sistema Terra inteiramente diferente de tudo que conhecemos”. A realidade geográfica arruinada dos futuros próximos parece indicar arranjos de imprevisibilidade que incorrem na hipertrofia da precariedade. São experiências geográficas apocalípticas em que as imaginações dos fins do mundo parecem não mais serem apenas assunto para obras de ficção científica ou teologia.

Pensar na realidade geográfica do Plantationoceno envolve contemplar especulativamente os sentidos de incertezas e vulnerabilidades decorrentes das desfigurações da Terra. As mudanças climáticas e as catástrofes socioambientais torrenciais delas decorrentes implicam em instabilidades geográficas em que é importante buscar formas de co-compreensão multi-espécie que visem enfrentar os problemas marcantes dessa epocalidade de topocídios. É necessário, logo, olhar para o abismo das ruínas distópicas para contemplar potencialidades transformativas que interditem que elas se realizem.

## GEOGRAFIAS CINDIDAS ENTRE APOCALIPSES E DISTOPIAS

Disfuncionalidades e dismorfias do sistema-Terra se desdobram com consequências globais iníquas em função da capacidade de enfrentamento das situações impostas. As mudanças climáticas exacerbam um conjunto complexo de desigualdades que afetam as populações mais vulneráveis (DEMOS, 2016).

O acesso assimétrico às infraestruturas, instituições, direitos e aos meios para a vida – água, habitação, educação, arte, comunidade, terra e alimentação – é acirrado pelas contradições dos efeitos das crises socioambientais. Distintamente dos grupos euro-anglo-centrados que sedimentaram e espalham os nexos da *plantation*, os povos envolvidos nas teias de precariedade da realidade geográfica do Plantationoceno estão imersos nas distopias dos desastres produtores de ruínas.

Povinelli (2016) problematiza que a constatação de que certas formas de existência e agência humana foram/são viciosamente responsáveis pela possibilidade de extinção planetária faz com que os campos de estudos das humanidades se preocupem com o apocalipse na condição de uma realidade experiencial.

Isso não implica em considerar necessariamente a impossibilidade de mudança de curso quanto aos ciclos viciosos de desequilíbrio dos sistemas terrestres, mas em buscar desvelar também os efeitos dos processos distópicos e apocalípticos como partes da experiência do mundo contemporâneo.

Ainda que seus impactos sejam desiguais, os prospectos da crise socioambiental das experiências geográficas precárias do Plantationoceno entrelaçam as civilizações em função da espada de Dâmoles que paira sobre o planeta. Como situam Danowski e Castro (2017), menos que uma morte súbita da espécie humana, esse processo parece reverberar algo similar a uma doença degenerativa ou terminal. São horizontes multi-espécies que se encaminham rumo a um cenário inercial em que “a narrativa mais verossímil nos diz que viveremos todos, efetivamente, ou os poucos que restarem, cada vez pior, em um mundo cada dia mais parecido com aqueles concebidos pela Gnose distópica de Philip K. Dick” (DANOWSKI e CASTRO, 2017, p.64).

As florestas em chamas, as ondas de calor ou as ilhas de plástico que “navegam” nos mares exemplificam geografias topocídicas em construção, pré- e pós-apocalipses. Experiências geográficas do Plantationoceno perpassam por dimensões intrinsecamente distópicas em que a precariedade experiencial e a experiência da precariedade se misturam nas maneiras pelas quais as pessoas (sobre)vivem às condições apocalípticas. Nos arranjos estabelecidos por esses processos, há tessituras de futuros incertos que são progressivamente decaídos pelos arruinamentos em curso.

Ao erodir tanto o passado quanto a própria possibilidade imaginativa de um futuro, as geografias distópicas do sistema *plantation* e de seus ecos presentificados multiplicam máquinas de fazer-ruínas. São dinâmicas concomitantes de negação da experiência (com)partilhada dos grupos que estão nos lugares arruinados pelos topocídios desastrosos das mudanças climáticas. Afetados pelas enchentes, tempestades fora de época, tornados ou incêndios, esses lugares têm seus futuros negados pelas recorrências de tragédias topocídicas.

O topocídio não é um fim absoluto de um dado lugar, mas uma espécie de dismorfia em que o sentido pretérito do lugar não condiz com a presentificação do lugar arruinado. É como um membro fantasma em que ainda há a memória, o significado e certa medida de conexão corporal com o membro amputado como se ele estivesse ligado ao corpo. Contudo, sua experiência corporificada-motora ocasiona em desconcerto, uma sensação de que há algo de errado ou desconexo no circuito perceptivo preestabelecido. Similarmente, o topocídio cria um perturbador desencontro entre o lugar arruinado e a ideia do lugar como ele era antes, ele forma um lugar assombrado pelo arruinamento.

Tornar-se um lugar arruinado, como afirma Trigg (2012), é um desdobrar fenomênico de entrecruzamentos traumáticos. Nesse sentido, o Plantationoceno é uma época de topocídios apocalípticos pela via da interdição da futuridade. Toadvine (2021, p.129, trad.) evoca que “as futuras ruínas das mudanças climáticas não se limitam a alguns prédios, cidades ou paisagens. Dessa vez, as ruínas futuras perpassam a Terra como um todo. Antes, nós poderíamos dizer que enquanto as civilizações ascendem e findam, a natureza permanece. Isso deixou de ser verídico”. Tratam-se de geografias desconcertantes em que a distopia emerge como representação primacial.

Se no passado os membros de culturas em colapso podiam ter a esperança de outros mundos ou lugares para as gerações posteriores pela via da reconstrução pós-diaspórica, hoje os sobreviventes têm a sensação de que há a possibilidade de um eclipse definitivo do futuro da humanidade e dos ecossistemas com dos quais ela depende e onde coabita (TOADVINE, 2021).

Essa experiência geográfica de precariedade ecoa incertezas maximizadas por esse período de co-vulnerabilidade nas teias e arranjos de (con)vivência. Essa percepção reverbera na sensação de que os fin(s) de mundo(s) se aproximam entre potenciais pandemias globais, desastres cada vez mais frequentes e o solapamento global das condições de vida no capitalismo tardio.

Realidades geográficas precárias afetam especialmente os vários povos e grupos cujos os gatilhos mnemônicos para suas histórias, narrativas e “causos” são a própria terra onde trabalham, pisam e se relacionam. Para eles, as fraturas ecológicas são também quebras de modos de vida, de ser e de sentir. Elas criam ablações que irrompem arruinamentos da futuridade porque também fissuram os gatilhos da ancestralidade – seus horizontes de contatos com passados partilhados que direcionam seus presentes e futuros.

Segundo Blaser e de La Cadena (2018, p.2, trad.) “o que está atualmente sendo destruído são também pessoas outras-que-humanas porque o que as práticas extrativistas e ambientalistas decretam como natureza pode ser, ‘também’, mais do que isso”. Reitera-se que para alguns povos tradicionais, elementos que compõem (ou compunham) horizontes norteadores de suas experiências geográficas ancestrais,



como os parentes-morros citados pelas autoras (BLASER e DE LA CADENA, 2018), não se resumem à condição de elementos da natureza. Eles podem ser complexos campos relacionais que borram cisões naturais-culturais-humanas-sociais-políticas.

O futuro imprevisível e incerto do Plantationoceno não condiz com os ciclos terrestres com os quais eles constituíram suas práticas socioculturais. Para os povos tradicionais, muitas de suas representações e mundos perderam o sentido e a direção ao se reportarem a uma Terra em desarranjo. São experiências geográficas arruinadas pelo desequilíbrio das dinâmicas originárias, onde a base procedente da geografia de convivialidade desses grupos é alvo de metamorfoses entrópicas que desestabilizam seus saberes-fazer.

Tratam-se de geografias cindidas pelas distopias nas quais pode-se ressaltar, por exemplo, que “para os povos nativos das Américas, o fim do mundo já aconteceu, cinco séculos atrás. O primeiro sinal do fim foi dado no dia 12 de outubro de 1492, para sermos exatos” (DANOWSKI e CASTRO, 2017, p.142). Segundo Danowski e Castro (2017), nas cosmologias ameríndias em que usualmente o mundo não era/é consubstanciado como algo eterno ou crescentemente glorioso, mas marcado por sequenciais interrupções, o apocalipse é progressivamente percebido como algo iminente ou em curso.

O sentimento de iminência da finitude, do encerramento de horizontes de futuridade para as próximas gerações é algo que perpassa pelas cosmologias de vários povos afetados pelas condições desorientadoras das mudanças climáticas. As experiências geográficas dos povos indígenas condizem com realidades de sobrevivências pós-apocalípticas. Whyte (2018, p.4, trad.) reitera esse fato ao salientar que “não deve ser surpreendente que as pessoas indígenas vejam nossa situação atual como uma crise em andamento. (...) nós já habitamos aquilo que nossos ancestrais considerariam como um futuro distópico”.

Para os ameríndios, o apocalipse do Plantationoceno é um arruinamento das possibilidades cognitivas de relação com os lugares em que coabitam. Os desarranjos ecológicos removeram marcadores mnemônicos de narrativas e festas, sinais troposféricos que organizavam as colheitas e mudaram as sazonalidades dos rios e mares em que navegavam. Em suma, provocaram situações de geografias desconcertantes. As lógicas das *plantations* e seus ecos de fazer-ruínas irromperam tragédias que desorientaram as experiências geográficas ancestrais dos povos tradicionais.

As geografias arruinadas dessa época são desfigurações de equilíbrios terrestres com os quais grupos de seres humanos e não-humanos constituíram relações simbióticas, comensais, mutualistas, entre muitas outras. Arranjos multi-espécies são cindidos pelas distopias da experiência geográfica do Plantationoceno, de modo que seus ecos catastróficos e desastrosos geram traumas interespecíficos. Trigg (2012, p.276, trad.) salienta que “o lugar do trauma vibra em uma linguagem indireta, bloqueado da interpretação e deslocando a certeza do ‘eu’, da memória e do lugar”. Dessa maneira, as geografias traumáticas do Plantationoceno plasmam horizontes, narrativas e modos de vida desconcertados pelos desequilíbrios socioambientais.

Ossaturas traumáticas decorrem das discontinuidades severas que marcam a época de disjunções atuais. Desastres, catástrofes e desarranjos de lugares traumáticos ou traumatizados pelas experiências geográficas arruinadas conformam uma Terra de refugiados humanos e não-humanos (HARAWAY, 2015).

Desde sua gênese as *plantations* cristalizam formas de comunidades caracterizadas pela desigualdade, violência, injustiça e insularidade que excluem elos de convivialidade (WOLFORD, 2021). Nas realidades geográficas hegemônicas do Plantationoceno, as incertezas expõem e multiplicam as vulnerabilidades dos lugares à catástrofe e ruína. São tempos-espacos distópicos em que futuro-passado-presente são dimensionados por arranjos entrópicos de imprevisibilidade.

Como problematiza Davis (2015), essa civilização instaurada pelas reverberações presentificadas das *plantations* pode morrer, porém esse falecimento evoca também a possibilidade de reconfiguração do que (sobre)viver. A humanidade com certeza um dia se encerrará, a finitude faz parte da condição de estar vivo, mas isso não significa que a espécie não mutará, evoluirá ou que os seus descendentes – seja lá como forem – não herdarão o planeta que restar.

Ainda que a presentificação distópica imposta no cenário apocalíptico inercial das mudanças climáticas se afirme hegemonicamente como a única possível, é basilar articular outras imaginações geográficas que ponderem pela virtualidade de futuros caleidoscópicos. Realidades geográficas cindidas entre apocalipses e distopias podem ser interrompidas ou suspensas por evocações de mundos potenciais de

convivialidade multi-espécie. A Terra não começa e termina com a humanidade, mas com as teias de existências que a coabitam – entidades vivas e não-vivas, humanas e não-humanas.

Conforme suscita Wolford (2021), as *plantations* contraditoriamente inspiram resistências, pois pessoas, plantas, animais, fungos e micróbios fogem e fogem de suas estruturas distópicas. Seja no sentido material, cultural ou social, as *plantations* eram e são alvejadas por rupturas de existências irreverentes que se externalizam nos quilombos, no tráfico de sementes e plantas, nas capoeiras, nas religiões afro-brasileiras e em outras múltiplas práticas realizadas nas fissuras das imposições. São modos de convivialidade que criam realidades geográficas opostas à lógica hegemônica dos tempos-espacos do Plantationoceno pela via de articulações de arranjos precários transmutados em sinfonias de reexistências. Tornar essa época a mais curta possível envolve, logo, cultivar refúgios de (sobre)vivência ante os flagelamentos por meio das partilhas de polinizações cruzadas de várias entidades.

Entender e buscar subterfúgios para enfrentar o Plantationoceno suscita que, como pondera Tsing (2015, p.157, trad.), “ante a limitar nossas análises a uma criatura (incluindo humanos) ou um relacionamento por vez, se quisermos saber o que torna os lugares vivíveis deveríamos estudar os arranjos polifônicos, as reuniões de modos de ser”. Cabe observar as maneiras em que as relações socioecológicas são também nexos intersubjetivos e intercorporais da realidade geográfica de (com)partilhamento. O “onde” que torna os lugares vivíveis não é apenas um advérbio abstrato, trata-se de uma experiência concreta que reúne mundos humanos e outros-que-humanos.

Haraway (2016) provoca que nesse contexto distópico de mudanças climáticas e catástrofes socioambientais é necessário se manter com o problema (*staying with the trouble*) e fazer estranhos parentes (*making oddkin*). As diferentes entidades terrestres estão envolvidas em teias de co-vulnerabilidades na coabitação dos lugares. São colaborações, combinações e fertilizações inesperadas que podem formar alternativas para tornar-se-com em enfrentamento às incertezas do Plantationoceno.

Para Tsing (2015), todos os seres são “contaminados” pelos seus diversos encontros, de forma a transmutarem projetos de fazer-lugares em direcionamentos de mutualidade. A virtualidade das histórias de contaminações é uma evidência das reexistências que associam mundos humanos e não-humanos rumo a criações que subvertem as circunstâncias impostas. Face à experiência geográfica do desastre traumático das máquinas de fazer-ruína, é basilar articular metamorfoses intersubjetivas que reconstruam os lugares como bastiões de partilha.

Lugares co-vulneráveis de arruinamentos traumáticos podem ser desatinados por arranjos de convivialidade que almejem a restauração da possibilidade de experiências geográficas que transcendam a precariedade. Ao cicatrizar as feridas abertas pelos ecos flagelantes do *plantation*, pode-se co-arquitetar maneiras de (sobre)viver em que a (con)vivência emergja em elos intercorporificados de mutações entrecruzadas nas parcerias multi-espécies.

Enfrentar os arranjos distópicos envolve metamorfoses potenciais de modos de mutualidade e convivialidade lugarizada que permitam transcender a precariedade da experiência do Plantationoceno. É ao deixar a realidade geográfica humana ser contaminada pelas presenças outras-que-humanas que podem desabrochar tessituras de estranhos parentescos na condição de tramas irreverentes à hegemonia do *plantation*. Ter a precariedade e os fins de mundo em mente auxilia no tornar-se-com das imaginações geográficas de reexistências.

Conforme argumentam Danowski e Castro (2017, p.165): “falar no ‘fim’ do mundo é falar na necessidade de imaginar, antes que um ‘novo mundo’ em lugar desse nosso mundo presente, um ‘novo povo’; o povo que falta. Um povo que creia no mundo que ele deverá criar com o que de mundo nós deixamos a ele”. Como forma de concretizar e imaginar apocalipses, o Plantationoceno é um conceito/demarcção de tempos profusos de transmutações e arruinamentos. Porém, há nuances que desvelam campos complexos de irreverências advindas de articulações multi-espécies. É pelo olhar do “povo” interespécie que falta que se pode vislumbrar mundos de tornar-se-com entre experiências e imaginações geográficas de convivialidade.

Ou seja, nas geografias cindidas entre apocalipses e distopias nascem também arranjos de precariedade e mutualidade onde a convivialidade suscita floresceres pós-arruinamentos. Os lugares traumatizados podem ser transmutados por sentidos de (con)vivência através de teias de experiências geográficas inesperadas. Nelas, as imaginações geográficas conformam novas possibilidades espaciais de se manter com o problema em parceria com estranhos parentes constituídos nos enfrentamentos às incertezas desses tempos de catástrofes e desastres.

Se os ecos das *plantations* que permanecem no presente são a insularidade, a injustiça, a desigualdade e o antropocentrismo que negam o imaginário e a própria futuridade potencial da realidade geográfica, é basilar constituir outras formas de compreensão ligadas aos arranjos polifônicos de (sobre)vivência.

## GEOGRAFIAS IMAGINATIVAS FACE AO PLANTATIONOCENO

Diante da pretensa inevitabilidade do fim de mundo, os espaços para a cultura, o imaginário e a subjetividade são por demasiadas vezes preteridos. Os patrimônios culturais materiais e imateriais são postos em segundo plano, dispostos em dinâmicas de acordos futuros porquanto não teriam a mesma imediatez pragmática das outras demandas. Contudo, o que essa questão sinaliza é a permanência, mesmo entre alguns pesquisadores das ciências humanas, de uma noção de cultura que não a compreende como um elemento aglutinador dinâmico que é essencial para a vida e para a arquitetura de outros mundos.

A ação estratégica hegemônica de apagar ou ignorar os elementos culturais conduz a secundarizar as condições relacionais de (sobre)vivência nas teias de precariedade. Escavar os horizontes de vulnerabilidade entre os arranjos multi-espécies que enfrentam as condições degenerativas da Terra é um dos modos de agir para expandir as fissuras das imposições rumo a novos modos de ser, sentir e pensar.

Desvelar as catástrofes e as realidades geográficas distópico-apocalípticas do Plantationoceno perpassa por compreender as possibilidades intersubjetivas de superação da resignação. O decaimento entrópico que aparenta ser ubíquo na experiência geográfica dos ecos das *plantations* pode ser enfrentado pela via de uma Geografia comprometida com a virtualidade de transcendência por meio da co-construção de imaginários e utopias. Os “novos mundos” em potencial entrelaçam geografias revigoradas pela convivialidade.

Como discorre Wolford (2021, p.9, trad.), as “fronteiras da *plantation* eram e são porosas. Elas estão literalmente apinhando em vidas, algumas das quais são capturadas como trabalho, mas todas elas resistem o controle completo por uma compulsão externa (mesmo quando internalizadas)”. Geografias culturais do Plantationoceno visam compreender os imaginários, as intersubjetividades e as intercorporeidades que desafiam esse controle. Embora o *plantation* seja pervasivo, há algo que transborda pelos seus limites e inspira maneiras de (sobre/con)vivência para tornar-se-com a Terra.

Geografias incertas, instáveis e de decaimento entrópico entremeio a ruínas permanecem em franca expansão pelo globo. Contudo, também se multiplicam as resistências, enfrentamentos e irreverências (TSING, 2015; POVINELLI, 2016; HARAWAY, 2016). Geografias culturais do Plantationoceno podem ser caleidoscópios de horizontes que enovelam arranjos multi-espécies de reinvenções dos imaginários geográficos como virtualidades para metamorfosear os ciclos viciosos de arruinamento em círculos virtuosos de reparação.

Imaginários geográficos constituem tessituras irreverentes que operam polinizações cruzadas entre afetos, percepções e agências humanas e não-humanas que extrapolam as fronteiras do Plantationoceno. Como experiência intrépida, a imaginação é uma emergência de geografia especulativa que fertiliza práticas e futuros utópicos de arranjos multivocais face à distopia dos arruinamentos. Ante às ameaças topocídicas, é basilar imaginar realidades geográficas metamórficas e dinâmicas que superem o antropocentrismo cartesiano que divorcia os seres humanos da natureza.

Nesse sentido, a geografia cultural é central para a apreensão e elaboração de experiências geográficas que afrontem as precariedades do Plantationoceno. Whatmore (2006) argumenta que a criatividade da geografia cultural não decorre de sucessivas viradas disciplinares, mas da reunião de re-tornos quanto à preocupação com as vivências de mundos que envolvem e excedem os seres humanos. A atenção desse campo aos sentidos, práticas, saberes, fazeres, percepções, narrativas e afetos suscitam preocupações com as latências relacionais caleidoscópicas da realidade geográfica.

Lorimer (2006) evoca que os geógrafos culturais têm trabalhado para exceder as visões antropocêntricas de maneira a conjurar múltiplas formas de experiências humanas e não-humanas. Convivências entrelaçadas entre múltiplas entidades fornecem escopos para efetivar geografias imaginativas que visem desatar os nós das teias de precariedade. Embora os arruinamentos possam afirmar-se como realidades geográficas impositivas de nexos que vulnerabilizam os lugares, as práticas de convivialidade plurívocas e pluritópicas emergem como alternativas que metamorfoseiam ou reexistem face a essas condições.

O ímpeto das geografias culturais do Plantationoceno pode ser a virtualidade de decifrar as sinfonias e disforias de arranjos multi-espécies, de associações de relacionalidade e do contato de variadas formas de agência. Teias de relações estabelecidas por esses horizontes superam o pragmatismo da ciência normativa-positivista. Nesse processo, como suscita Bellacasa (2017), cabe ter em mente a dinamogenia plural dos afetos e dos cuidados. Esses se compõem nas sintonizações sutis, nuançadas e não-observáveis dos arranjos de lugares em que imaginários emergem mesmo nas ruínas topocídicas.

Cosgrove (2012, p.107) argumenta que “ao enfatizarmos a imaginação como elemento central no trabalho da geografia cultural, pretendemos abordar mais do que aqueles elementos resultantes das relações entre o homem e o mundo natural”. As geografias culturais podem salientar os entrecruzamentos de relacionalidade intangíveis da realidade geográfica que aglutinam e cindem as experiências dos lugares arruinados, em arruinamento ou de reparação. Colocar as imaginações e imaginários geográficos no centro não implica em preterir as outras dimensões dos mundos, mas em incorporar palimpsestos de práticas, saberes e relações espaciais do indizível.

Os geógrafos culturais coproduzem mundos sensíveis ao apreenderem as multiplicidades intangíveis de imaginários e imaginações lugarizadas. Como pondera Almeida (2013, p.49), “penetrar o invisível, fazer visível o invisível, parecia ser uma habilidade reservada à poesia, à pintura, à escultura etc. A geografia, porém, está demonstrando também ter este dom”. Deslindar as potencialidades do cuidado, do afeto, da intercorporeidade e dos arranjos multi-espécie é, outrossim, demonstrar o que torna os lugares vivíveis. Mais que substrato, a realidade geográfica é o “onde” originário que possibilita a subversão das imposições distópicas do Plantationoceno.

Entende-se, conforme provoca Wright (1947), que a imaginação não apenas se projeta nas experiências geográficas e sugere caminhos a serem percorridos. Ela também transmuta e cria (micro-)geografias a serem descobertas e partilhadas. Nessa dinâmica, as imaginações geográficas podem ser o húmus para a arquitetura de práticas que desafiam as futuridades interditas pelo Plantationoceno. As geografias culturais, ao salientarem o invisível, o intangível e o indizível evocados por Almeida (2013), podem demonstrar a potencialidade da convivência como intransigência às máquinas hegemônicas de fazer-ruínas.

As imaginações e imaginários geográficos humanos e não-humanos são arranjos polifônicos de corpos entrelaçados por polinizações de ideias, afetos, cuidados e interações face aos desastres anunciados, efetivados ou em curso. Nos horizontes dos fins de mundos, as geografias culturais descortinam o indizível das reciprocidades, reversibilidades e sintonias construídas impavidamente. Pensar nas geografias apocalípticas é também desvelar as práticas culturais metamórficas que as transbordam.

Segundo Lorimer (2006, p.516, trad.), “ao acompanhar os movimentos e ações práticas de outros seres [não-humanos] para compor micro-geografias de mundanidade, uma nova possibilidade é conjurada: isso é, a de se aproximar das energias vitais, animadas e viventes que se anunciam como paisagem”. Geografias culturais imaginativas e especulativas que intentam construir formas de superar as condições existenciais do Plantationoceno perpassam pelo entendimento dessas realidades geográficas em que se entrecruzam múltiplos seres. Na vulnerabilidade das teias de precariedade, há emergências intersubjetivas onde a vitalidade propicia contextos relacionais.

Geografias culturais que solicitam plurivocidades imaginativas, intersubjetivas e intercorporais multi-espécie, humanas e não-humanas, “demandam o reconhecimento que nós, como geógrafos, não somos externos aos mundos que encontramos, mas estamos neles emaranhados e os coproduzimos” (GREENHOUGH, 2014, p.106, trad.). Nos entrelaces de formas de vidas e de (sobre)vivências do Plantationoceno, a pesquisa pode ser composta por enovelamentos de encontros com mundanidades diversas em que múltiplas vitalidades e agências são conjuradas. Ao sublinhar a cultura e a imaginação, essas geografias se sintonizam com as experiências das várias entidades que coabitam em teias de incertezas e co-vulnerabilidades.

As realidades geográficas distópicas desdobram sentimentos de angústia e de resignação que podem ser contrapostas pela penetração no (in)visível operada pelas geografias culturais. Para tanto, é importante estar aberto à relacionalidade dos processos investigativos, a se encantar nos entrelaçamentos sensíveis e multi-espécie. Expandir os poros para imaginações geográficas humanas e não-humanas envolve descerrar horizontes para deixar-se ser atravessado pelas experiências geográficas de outrem.

Woodyer e Geoghegan (2012, p.210, trad.) incitam que “precisamos suspender o apressamento da avaliação crítica, de forma a reservar um tempo para apreciar as pequenas coisas e nos permitirmos ser nutridos pela energia que a surpresa propicia”. Ser encantado nas geografias culturais possibilita encontros crítico-criativos nos quais o próprio processo investigativo torna-se uma intervenção na realidade. O encanto envolve olhar e fazer-ver as invisibilidades dos arranjos polifônicos, de maneira a fazer pesquisas resultam em dinâmicas de co-envolvimento nas experiências e imaginários geográficos de (con)vivência.

Práticas culturais, literárias, artísticas, poéticas e imaginativas se plasmam como tramas de co-compreensão, assim como de composição de experiências geográficas especulativas e/ou irreverentes.

Elas não são elementos a serem secundarizados porquanto são essenciais para a consubstancialização de novos mundos e de “novos povos” que almejem semear a coabitação terrestre. As dimensões intersubjetivas evocadas por essas práticas são fundamentais para a possibilidade de multiplicar experiências geográficas.

É o caso, por exemplo, da proposição de criação de ficções científicas indígenas elaboradas por Whyte (2018). Por meio desse imaginário geográfico cocriado durante a pesquisa, o geógrafo faz emergir um lugar filosófico para o diálogo intergeracional que protagoniza os povos indígenas e suas geografias. Esse processo também fomenta a criação de novas imaginações que resgatam a ancestralidade como caminho para guiar e inspirar a (sobre)vivência nas distopias trágicas da realidade geográfica do Plantationoceno.

A ênfase das geografias culturais no potencial da imaginação implica em um modo de entrega e encanto com o mundo no qual compreende-se as respostas intersubjetivas face aos desastres que se encaminham para cenários potencialmente apocalípticos. Entende-se que entidades humanas e não-humanas não são máquinas inertes. Elas se envolvem por dinâmicas intercorporais, criativas e imaginativas que fazem delas forças viventes em devir. Geografias culturais especulativas podem partir da imaginação para reinventar os lugares arruinados.

Se, conforme destaca Cosgrove (2012, p.117), “o poder criativo da imaginação poética de transformar o significado do mundo de forma mítica e material continua inalterado”, os geógrafos culturais estão entrelaçados às potencialidades de fazer-lugares imaginativos que façam emergir a transformação. No (pós-)apocalipse onde já coabitam vários povos em todo o globo, há formas de (re)ação e enfrentamento, de reivindicações do direito à existência e à experiência.

As geografias culturais podem ser aliadas nesses processos ao entenderem e colaborarem na criação de caminhos crítico-criativos de transgressão centrados no sonhar, na imaginação e nos arranjos multi-espécie secundarizados pela lógica positivista. Gratão (2016, p.154) provoca que “vislumbramos caminhos que nos (en)levam a fazer uma geografia que se pensa, experiência e sonha; que se cria e recria colocando-nos no mundo: um estado de alma; uma entrega com o universo poético”. Impelir o encanto poético e imaginativo do fazer geográfico é tanto uma maneira de acessar os horizontes de (co)vulnerabilidade quanto de buscar alternativas que possam superá-las.

Não basta diagnosticar as condições das teias distópicas de precariedade, é também importante fomentar esperanças e encantos que possam fertilizar a luta pela interdição dos apocalipses vindouros. O direito ao sonhar em Geografia evocado por Gratão (2016) é uma potencialidade transgressora que entrelaça o sentir ao saber. Penetrar o invisível por meio das geografias culturais, como propunha Almeida (2013), é uma possibilidade para ruir os limiares das permanências e reverberações pervasivas das *plantations*.

Para além do pragmatismo que reafirma o apocalipse como forma de reiterar a resignação, enlevar os imaginários geográficos de (con)vivência face aos fins de mundos pode propiciar articulações para transmutar a realidade. Imaginar, sentir, sonhar e ter esperança em novos mundos de partilha multi-espécie são formas de irreverências às distopias do Plantationoceno. Nesse re-torno, as geografias culturais desvelam palimpsestos de saberes e práticas imaginativas intersubjetivas e intercorporais que podem ser as fagulhas que findarão essa epocalidade apocalíptica.

Ferreira e Costa (2021, p.7) alimentam essa flâmula ao instigar que “acreditar na atividade poética intrínseca à ciência é também tensionar a criação de um outro mundo por meio da linguagem. Uma linguagem que na sua essência não escapa da arte, pois ela é arte”. Ao aproximar-se da dinâmica artística como metodologia, caminho ou modo de se encantar pelos lugares de (sobre)vivência, acredito que as geografias culturais podem fomentar dinâmicas de sentir e pensar relacionais que se perfazem pelos afetos. A arte da geografia é o evocativo poético a ela inerente. Ela é a reverberação fundante para seguir o chamado de Almeida (2013): fazer visível o invisível ao expor crítico-criativamente as condições existenciais da realidade geográfica.

Esse chamado perpassa pelo que aponta Marandola Jr. (2018, p.239) ao discorrer que “o desafio, portanto, é produzir uma Geografia como mapa que não seja a projeção de sobrevoo, desencarnada, assumindo sua situacionalidade e limitação”. Incorporar uma geografia crítico-criativa de encantos-encontros plurívocos e pluritópicos impele a transgressão das epistemologias, *ethos* e éticas antropocêntricas das lógicas positivistas de “produção” do conhecimento. Transcender os nexos da geografia pragmática e “produzida” significa fazer geografias heterogêneas que sejam criativas no sentido mais abrangente dessa palavra.

Por esse ponto de vista, elas podem contemplar vitalidades terrestres em seus encontros encarnados nas teias relacionais multi-espécies, intersubjetivas, intercorporais e imaginativas. Recuperar o pulsar da Terra,

como salienta Tynan (2021), envolve deslocar o humano do centro das preocupações e trazer o foco para as relacionalidades entre entidades que (com)partilham estranhos parentescos. São os processos conectivos entre humanos, não-humanos e o “onde” primacial dessas experiências geográficas que permitem desvelar e/ou fazer aflorar alquimias de transformação ética, epistemológica e existencial com os mundos terrestres.

## GEOGRAFIAS DE COABITAÇÃO NO PLANTATIONOCENO

Se, como argumenta Wolford (2021), as *plantations* são espacialidades verticais e antropocêntricas de ampla escala, intensivas em capital e agroindustriais, suas alternativas serão espacialidades locais, horizontalizadas participativas e diversas. Face às reverberações exclusivistas, produtivistas e antropocêntricas, tornar-se-com em teias multi-espécie é um caminho para o florescer de novas realidades geográficas.

Haraway (2016) e Povinelli (2016) reiteram que essa recuperação ainda é possível por meio de alianças multi-espécie que plasmam as indivisibilidades entre natureza e cultura, ética e ecologia, organismo e linguagem, de modo a compreendê-las na condição de afetos e agências compartilhadas pelas entidades terrestres. Se as divisões especistas estão na raiz dos arruinamentos distópicos do Plantationoceno, as alternativas envolverão/envolvem articulações de espécies companheiras em experiências geográficas intersubjetivas, intercorporais, interespecíficas e imaginativas entremeio a sinfonias de fazer-lugares irreverentes.

Um exemplo dessas alternativas de recuperação é a proposta decolonial de economias de decrescimento e valorização sociobiocêntrica explicitada por Acosta (2016, p.233) em que “com o reconhecimento e a valorização de outros saberes e práticas, e com a reinterpretção social da Natureza a partir de imaginários culturais, como o Bem Viver [*Buen Vivir*], se poderá construir uma nova racionalidade social, política, econômica e cultural indispensável para a transformação”.

Para Acosta (2016), o Bem Viver seria uma proposição latino-americana *desde abajo* para a valorização da convivência harmônica na constituição de alternativas ao desenvolvimento. O *Buen Vivir* almeja superar o determinismo econômico fundante das distopias do Plantationoceno por meio da valorização da vida e das utopias do âmbito comunitário. Ampliar o escopo geográfico para potencializar essa e outras ideias perpassa por reconhecer e escutar as diferentes vozes terrestres, de forma a incorporar suas agências na constituição de lugares coabitados e bem-vividos.

Esse processo conflui em enfrentar o especismo determinante da cisão humano-natureza por meio da conjuração de outras existências preterizadas pelo conhecimento ocidental. Povinelli (2016, p.131, trad.) argumenta que: “deixem eles falarem! O animal não-humano, a rocha, o rio, a praia, o vento e o solo: deixem que eles sejam ouvidos, sejam representados e representáveis na governança da Terra. Eles também possuem linguagem. Eles também são agentes”. São imaginações geográficas não-humanas dinamizadas na dissolução das dualidades que cindem o cultural-natural em polos antipodais cartesianos.

Pensar e ser-com múltiplas agências não-humanas é um modo de expandir horizontes que podem romper as fagocitoses destrutivas do Plantationoceno. Alternativas ao antropocentrismo são constituídas nos limiares que embaralham a diferenciação entre variantes outras-que-humanas de consciência, senciência e existência. As multiplicidades relacionais conjuradas por essa perspectiva decorrem em trabalhar-com-e-para os entranhamentos mortais de vários organismos que expressam ecos plurívocos.

Haraway (2008) pondera que enfrentar o antropocentrismo é também reconhecer que todas as outras formas de vida, humanas e não-humanas, merecem lugares com futuridades. Ante à concepção maquínica de dissociação sociedade-natureza, é possível valorizar as dimensões de relacionalidade nas teias de vidas que se desdobram em arranjos de (sobre)vivência. Fazer-falar as vozes pluritópicas da Terra demonstra o húmus por onde imaginários geográficos são transmutados em alvoradas de possibilidades de convivalidades multi-espécies.

Tornar visível o invisível é também fazer-falar a lógica relacional e indizível da(s) realidade(s) geográfica(s). Segundo Tynan (2021), a relacionalidade pode ser compreendida como uma forma de parentesco. Abordagens relacionais não tentam classificar o mundo, de forma a o segmentar – como o fez as ciências cartesianas. Elas buscam criar elos que fortalecem a relacionalidade entre diferentes tipos e dimensões de entidades. Esse enfoque horizontaliza as convergências e divergências de humanos e não-humanos como tramas para expor a pluralidade das experiências geográficas.

Ao centralizar abordagens relacionais, argumenta Tynan (2021), as geografias culturais podem entrelaçar as intersubjetividades de animais, plantas, sementes, montanhas e vales, de maneira a oportunizar “cerimônias” de encontros e encantos. Os estranhos parentescos de co-constituição salientados por esses processos expõem práticas sócio-político-culturais indissociáveis do embasamento pluritópico de sinfonias de entidades em coabitação. Fazer-parentes (*making kin*) enovela dinâmicas de entrega que pluralizam agências e as reúne ante a segmentar, elas fazem emergir nexos de tornar-se-com na ambiguidade da especificidade-ubiquidade experiencial terrestre, de modo a conformar experiências geográficas de recuperação ou reparação na/da relacionalidade.

Vanini, Vanini e Valentin (2020, p.11, trad.) exemplificam que “por tal perspectiva ontológica e relacional, as montanhas não têm uma forma essencial ou mecanicista pré-determinada. Em revés, elas são devires vivos entrelaçados em tessituras inventivas e heterogêneas”. Mesmo entidades geomorfológicas possuem um potencial relacional com suas próprias capacidades para agir e/ou afetar outros seres. Cada vale, rio, morro, planta ou animal está embrenhado em realidades geográficas de parentescos, em devires metamórficos de assembleias polifônicas de sentidos.

Se, segundo Berque (2003, p.191, trad.), “efetivamente, é em relação com os outros – todos os seres, humanos e não-humanos – que nós fazemos emergir o nosso mundo”, é na arquitetura relacional de maneiras de vir-a-ser-com, de tornar-se-com mundos plurais que têm gênese os caminhos para desfazer o antropocentrismo na raiz do Plantationoceno.

De acordo com Shipman (2019, p.22, trad.) “um dos traços mais fundamentais de nossa espécie é, eu creio, o fato de que nós somos profundamente ligados aos outros animais. É isso que eu chamo de nossa ‘conexão animal’.” Ao salientar a conexão animal como intrínseca à condição natural-cultural das comunidades humanas, pode-se expandir horizontes empáticos que multipliquem experiências geográficas multi-espécie comprometidas com a reparação ecológica. Lugares bem-vividos em convivialidade extrapolam os arranjos de sobrevivência por meio da relacionalidade de companheirismo relacional com os parentes não-humanos mais próximos.

Como expressa o manifesto do *Muséum national d'Histoire naturelle* de Paris (DAVID et al., 2019), estudos recentes têm indicado que, na condição de resposta afetiva, as emoções podem ser identificadas entre numerosas espécies. Afetos e sentimentos não são características específicas à condição humana. Olhar com empatia para as outras entidades viventes (assim como as não-viventes) requer entendê-las nas suas convergências e divergências de variações corporais, assim como reatar laços ético-ecológicos que compreendem seus sofrimentos e dores como consequências das redes de precariedade do Plantationoceno.

No que se refere à relacionalidade com animais não humanos, Haraway (2008, p.301, trad.) aponta que “eles estão em toda parte como parceiros integrais para mundanizar, para tornar-se-com (*becoming-with*). Animais humanos e não-humanos são espécies companheiras envoltas na mesma bagunça e comendo juntas, quer saibamos como comer bem ou não”. Manter-se no/com o problema nesse estranho parentesco de conexão animal trespassa pelo reconhecimento das nuances éticas das experiências geográficas. As geografias culturais de espécies companheiras podem ser tessituras do fazer-com e tornar-se-com entidades não-humanas, de co-construção de mundos e lugares bem-vividos onde irrompem imaginários geográficos irreverentes às distopias dos ecos do sistema *plantation*.

Valorizar o encanto e a conexão animal na consubstancialização de fazer-lugares de (sobre)vivência no Plantationoceno envolve também arquitetar maneiras criativas de proceder por epistemologias comprometidas com éticas heterogêneas de horizontes pluritópicos. É basilar ter em vista as emoções, afetos, práticas, lugaridades e sentidos intercorporais dos outros não-humanos que compartilham o habitar terrestre.

Essa dinâmica faz com que o precedente tabu do antropomorfismo tenha se tornado uma virtude epistêmica para as geografias culturais, como expõem Hodgetts e Lorimer (2015). Nas tramas procedimentais dos estudos multi-espécies, os geógrafos são levados a improvisar e colaborar com seres que possuem disposições e expressões corporais distintas das humanas. Ao suscitar potencialidades antropomórficas como metodologias de entendimento das geografias animais, esses investigadores buscam alternativas para ruir as cisões hegemônicas no Plantationoceno e reverenciar a multidimensionalidade do coabitar.

É o caso do estudo de Vanini e Vanini (2020) em que os autores redigiram fábulas eto-etnográficas sobre os imaginários geográficos das experiências de vida não-humanas de bisões e ursos em reservas da biosfera da UNESCO no Canadá. A prática crítico-criativa de dar voz a esses animais colaboraram tanto para situar os pesquisadores na realidade geográfica desses parentes-animais quanto para possibilitar

que os leitores possam imergir nas dinâmicas relacionais dos mundos desses outros seres. Animais também falam, mas nem todas as populações humanas estão dispostas a escutá-los (HARAWAY, 2008).

Ao transcender aspectos do excepcionalismo humano, as fábulas eto-etnográficas redigidas ofertam um vislumbre de como outras formas de vida são afetadas e transmutadas pelas transformações socioambientais do Plantationoceno. Como explicam os autores, ainda que a transposição de uma linguagem similar à humana possa parecer um ato antropocêntrico, “negar a eles a possibilidade de uma voz significativa que possa ser percebida pelos humanos pode ser um ato inegavelmente desrespeitoso que resulta em desconexão animal e, potencial e ultimamente, exploração” (VANINI e VANINI, 2020, p.6, trad.). É, portanto, importante constituir geografias culturais entrelacem o fazer-com outras formas de vida e agências não-humanas.

Outro exemplo dessa agenda de pesquisa são os procedimentos adotados pelo geógrafo e pela geógrafa Aalders e Monson (2022) em articulação com animais domesticados. Eles investigaram os sentidos participativos de geografias animais através da aplicação de metodologias de andar-com (*walking-with*). Por meio da parceria com animais não-humanos compreendidos como “pesquisadores assistentes” em trabalhos de campo, ambos evidenciaram condições de mediações que podem ocorrer na articulação com espécies companheiras. As experiências geográficas dos envolvidos se somaram na compreensão de diferentes aspectos dos locais estudados.

Aalders teve como parceiro Muunganish, um asno que colaborava nos seus trabalhos no norte do Quênia. Muunganish tem certos sentidos mais aguçados que os humanos e se expressava por meio de sua linguagem corporal cautelosa quando percebia que pessoas estavam se aproximando. Ele também auxiliava o geógrafo a identificar paisagens de sons e cheiros que ele não conseguiria visualizar. Já para Monson, a cadela Daisy foi a companheira de caminhadas nas atividades de campo nas áreas pantanosas de *Canvey Island* no Reino Unido. Em sua investigação sobre o efeito das mudanças climáticas nessa região, o andar-com aguçado pelos sentidos da parceira canina a auxiliou a evidenciar os aspectos multissensoriais das transformações da lama e da sazonalidade no local estudado. Na comparação integrativa de ambos, eles evidenciaram camadas de realidades geográficas invisíveis que emergiram como tangíveis na parceria interespecífica de tornar-se-com experiencialmente no processo de realização da pesquisa (AALDERS e MONSON, 2022).

É também o caso de Guibert (2021), cujo escreveu uma carta para os solos dos seus jardins e “recebeu” uma resposta deles. Ele elaborou um texto poético-acadêmico que envolve o diálogo entre o humano (o autor) e os solos. A transcrição geopoética das cartas trocadas foi o caminho por ele encontrado para expressar os variados sentidos da coabitação com os jardins. Na investigação por ele realizada, os solos são abordados na condição de agências viventes que são cultivadas e cultivam aqueles que com eles interagem. Os solos “falam” por uma linguagem corporal de reação às intervenções que é transcrita antropomorficamente nas cartas.

A relacionalidade terrestre exposta demonstra crítico-criativamente as articulações de entidades no coabitar. Diferentemente da lógica hegemônica do Plantationoceno, em que o solo é apenas mais um entre vários recursos a serem reificados nas dinâmicas agroindustriais, no imaginário geográfico coabitacional incitado por Guibert (2021), ele é pluralizado, sensibilizado e dotado de voz. Ao se relacionar com os solos dos jardins por meio de práticas agroecológicas, de compostagem e de arquitetura orgânica, o autor realizou sinfonias de cocriação que possibilitaram que eles construíssem lugares bem-vividos em compartilhamento humano-solos.

O que esses estudos (VANINI e VANINI, 2020; AALDERS e MONSON, 2022; GUIBERT, 2021) demonstram é que explorar as teias pulsantes de vidas entrelaçadas nos arranjos de precariedade das distopias do Plantationoceno pode ser um caminho para as geografias culturais costurarem imaginários geográficos de cuidados e parcerias multi-espécies. Compor geografias especulativas que incitem flâmulas de mundos possíveis é uma das tessituras essenciais na co-constituição de enfrentamentos ao cerramento de horizontes de futuridade terrestre das lógicas resignantes instauradas pelo *plantation*.

Como explica Greenhough (2014), geografias culturais que envolvem múltiplas entidades recorrem a metodologias experimentais, criativas e complexas que não possuem soluções ou explicações simples, muito menos fórmulas ou caminhos preestabelecidos. Ao intencionar oferecer perspectivas particulares acerca dos caleidoscópios de encontros humanos-não-humanos e os lugares destarte co-constituídos, elas pluralizam intersubjetividades, intercorporeidades e imaginários de situações iminentemente relacionais. Implicações ético-ecológicas dessas pesquisas reverberam na virtualidade da construção de paisagens e mundos de coabitação pautados na convivialidade de práticas e seres heterogêneos.

Nessa dinâmica, pensar nas geografias culturais como multiplicidades que enovelam animais e outras entidades pode expandir as percepções, imaginações e representações para as interseções, ausências, incomensurabilidades e discordâncias advindas da relacionalidade da coabitação da/na Terra (HODGETTS e LORIMER, 2015). Ao abranger contextos pluritópicos humanos e não-humanos, salientam-se potencialidades de conexões multi-espécies como partícipes das lutas antiespecistas,



antirracistas e antipatriarcais que não se conformam às experiências geográficas homogêneas e antropocêntricas.

Geografias culturais da coabitação visam evidenciar a conexão animal e as maneiras pelas quais elas podem ser fagulhas para transcender as imposições de teias de precariedade. Subverter as lógicas antropocêntricas perpassa por radicalizar o acesso de vozes diversas, dos múltiplos “outros” que são pessoas (humanas ou não) que foram desumanizadas e/ou reificadas pelo pensamento ocidental, à expressão de suas realidades e imaginários geográficos. Aceitar os outros não-humanos como partícipes de complexos arranjos de irreverências e convivialidades face aos ecos especistas, patriarcais e racistas do sistema *plantation* é uma forma de desafiar a expansão das distopias apocalípticas.

Coabitar a Terra fraturada implica em transcender pretensas noções solipsistas do habitar e expandir o escopo de entendimento para as co-vulnerabilidades, trocas e experiências partilhadas nos arranjos de (sobre)vivência. Não há habitações e lugaridades isoladas, mas teias relacionais e coabitacionais em que imaginários geográficos são co-constituídos em polinizações cruzadas de afetos, intercorporeidades e intersubjetividades. Atravessamentos existenciais compõem lugares que emergem nas tessituras de reexistência terrestre.

Gramáticas de coabitação permitem a construção partilhada de significados e sentidos face aos abismos expansivos das fraturas ecológicas. A vulnerabilidade incorporada pelas teias multi-espécies podem ser formas de lidar com a finitude e criar experiências geográficas transformativas. Tornar-se-com em convivialidade perpassa por semear lugares potencialmente bem-vividos de transcendência às imposições cartesianas antropocêntricas do Plantationoceno. Se faz importante, portanto, cultivar imaginários geográficos que revitalizem utopias que contraponham o racismo, a misoginia e o especismo.

Geografias culturais no/do Plantationoceno podem colaborar na desconstrução dos estereótipos antropocêntricos e fazer florescerem práticas de (con)vivência que transbordam as lugaridades humanas. Valorizar a heterogeneidade das experiências geográficas envolve o reconhecimento do caráter contingencial, instável e (in)tenso da relacionalidade na qual as dinâmicas espaciais são vivenciadas em sinfonias de (des)arranjos entre seres humanos e não-humanos. Ao partilhar experiências de coabitação da Terra fraturada pelas expansivas fissuras dos ecos do *plantation*, os geógrafos culturais logram fazer-falar e visibilizar os intangíveis enovelamentos multi-espécie de coexistência terrestre.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As realidades geográficas do Plantationoceno ecoam tramas de abismos e ruínas decorrentes das mutações degenerativas das mudanças climáticas. Crises socioambientais intensificadas em função do desequilíbrio do sistema terrestre expandem fraturas ecológicas que ameaçam à existência de seres humanos e não-humanos. Topocídios efetivos ou potenciais instauram incertezas que formam expansivas ruínas de desarranjo e desconcerto.

São, de fato, tempos complexos que reverberam lugares intercorporificados em teias de precariedade. As experiências geográficas do(s) fim(ns) de mundo colocam arranjos multi-espécies em situações de co-vulnerabilidade. Geografias distópicas de arruinamento se alastram por horizontes de tragédias, desastres e catástrofes que geram situações traumáticas. Futuridades são negadas pelas máquinas de fazer-ruínas inerentes aos desdobramentos trágicos do sistema *plantation*.

Seus ecos distópicos se cristalizam no especismo, no racismo e na misoginia. Desse modo, as realidades geográficas apocalípticas suscitam perspectivas que transcendam a lógica ocidental e subvertam seu antropocentrismo. Constituir novos imaginários geográficos que enfrentem as vulnerabilidades dos lugares no desarranjo das mudanças climáticas e do capitalismo tardio perpassa por irreverências de utopias ético-ecológicas multi-espécies de coabitações terrestres.

Geografias culturais podem colaborar no entendimento das condições experienciais do Plantationoceno ao expandirem seus olhares para as relacionalidades e os imaginários pluritópicos. Ao propiciar polinizações cruzadas de presenças humanas e não-humanas, elas potencializam a imaginação para práticas que almejem transcender as condições atuais. Face à apocalíptica interdição do futuro, é basililar potencializar imaginações de convivialidade e irreverência. Cicatrizar as feridas abertas nas veias da Terra conflui pela semeadura de imaginários geográficos intercorporificados e irreverentes que possam fomentar a convivialidade entremeio às condições de (sobre)vivência.

Imaginações geográficas podem semear tessituras de fazer-lugares de coabitação e valorizar as intersubjetividades que cultivam horizontes utópicos. Nesse processo, as práticas culturais e tradições não podem ser secundarizadas. Enfrentar as distopias do alastrar do Plantationoceno envolve criar modos crítico-criativos de enfrentar as imposições de modos de sentir, pensar, se encantar e agir. Expandir as fissuras das ordens impositivas das temporalidades apocalípticas pode tornar possível criar condições para metamorfoses de (con)vivência de múltiplas entidades na Terra fraturada.

## REFERÊNCIAS

- AALDERS, J. T.; MONSON, K. Research with the Moving, the Vivacious Many: A Practical Poetry of Paces in More-Than-Human Worlds. **ACME: An international journal for Critical Geographies**, v.21, n.2, p.202-225, 2022.
- ACOSTA, A. **O Bem Viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Editora Elefante, 2016. <https://doi.org/10.7476/9788578794880.0006>
- ALMEIDA, M. G. A propósito do Trato do Invisível, do Intangível e do discurso na Geografia Cultural. **Revista da ANPEGE**, v. 9, n. 11, p.41-50, 2013. <https://doi.org/10.5418/RA2013.0911.0004>
- BELLACASA, M. P. **Matters of care**: Speculative ethics in more than human worlds. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2017. <https://doi.org/10.1017/S2753906700002096>
- BERQUE, A. **Être humains sur la terre**. Paris: Gallimard, 2003.
- BLASER, M.; DE LA CADENA, M. Pluriverse: Proposals for a World of Many Worlds. In: DE LA CADENA, M.; BLASER, M. (Orgs.) **A world of many worlds**. London: Duke University Press, 2018, p.1-22. <https://doi.org/10.1215/9781478004318-001>
- COSGROVE, D. Mundos de significados: geografia cultural e imaginação. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Orgs.) **Geografia Cultural**: Uma Antologia (vol. 1). Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012, p.105-118.
- CRUTZEN, P. J. The “anthropocene”. **Journal de Physique IV France**, v.12, n.10, p.1-5, 2002. <https://doi.org/10.1051/jp4:20020447>
- DANOWSKI, D.; CASTRO, E. V. **Há mundo por vir?** Ensaio sobre os medos e os fins. Florianópolis: Desterro, 2017.
- DARDEL, E. **O Homem e a Terra**. São Paulo: Perspectiva, 2011.
- DAVID, B. et al. **Manifeste du muséum** : Humains et autres animaux. Paris: Muséum national d'histoire naturelle, 2019.
- DAVIS, H. Life & Death in the Anthropocene: A short history of plastic. In: DAVIS, H.; TURPIN, E. (Orgs.) **Art in the Anthropocene**: Encounters among aesthetics, politics, environments and epistemologies. Open Humanities Press: London, 2015, p.347-358. [https://doi.org/10.26530/OAPEN\\_560010](https://doi.org/10.26530/OAPEN_560010)
- DAVIS, J. et al. Anthropocene, Capitalocene, ... Plantationocene?: A manifesto for Ecological Justice in an Age of Global Crisis. **Geography compass**, v.13, n.5, p.1-15, 2019. <https://doi.org/10.1111/gec3.12438>
- DEMOS, T. J. **Decolonizing nature**: Contemporary Art and the politics of ecology. Sternberg: Berlin, 2016.
- FERREIRA, M.; COSTA, O. Arte-geografia: o lugar como poética da imagem em *Serrinha luz e cores*. **Geosp**, v.25, n.2, p.1-17, 2021. <https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2021.181680>
- GRATÃO, L. H. B. O direito de sonhar em Geografia: Projeção Bachelardiana. **Revista da Abordagem Gestáltica**, v. 22, n.2, p.148-155, 2016. <https://doi.org/10.18065/RAG.2016v22n2.5>
- GREENHOUGH, B. More-than-human Geographies. In: LEE, R. Et. Al. (Orgs.) **The Sage Handbook of Human Geography**, Sage: London, 2014, p.94-119. <https://doi.org/10.4135/9781446247617.n6>
- GUIBERT, E. On the usefulness of Modern Animism: Co-Creating Architecture with Soils as Ontopolitical Practice. **GeoHumanities**, v.7, n.1, p.176-197, 2021. <https://doi.org/10.1080/2373566X.2021.1904785>
- HARAWAY, D. J. **When species meet**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2008.
- HARAWAY, D. Anthropocene, Capitalocene, Plantationocene, Chthulucene: Making Kin. **Environmental Humanities**, v.6, 2015, p.159-165. <https://doi.org/10.1215/22011919-3615934>
- HARAWAY, D. J. **Staying with the trouble**: Making kin in the Chthulucene. Durham: Duke University Press, 2016. <https://doi.org/10.2307/j.ctv11cw25q.4>
- HARAWAY, D.; ISHIKAWA, N.; GILBERT, S. F.; OLWIG, K.; TSING, A. L.; BUBANDT, N. Anthropologists are Talking – About the Anthropocene. **Ethnos**, v.81, n.3, p.535-564, 2016. <https://doi.org/10.1080/00141844.2015.1105838>
- HODGETTS, T.; LORIMER, J. Methodologies for animals' geographies: cultures, communication and genomics. **Cultural Geographies**, v.22, n.2, p.285-295, 2015. <https://doi.org/10.1177/1474474014525114>

- LORIMER, H. Herding memories of humans and animals. **Environment and Planning D: Society and space**, v. 24, n.1, p.497-518, 2006. <https://doi.org/10.1068/d381t>
- MALM, A. **Fossil Capital: The Rise of Steam-Power and the Roots of Global Warming**. London: Verso, 2016.
- MARANDOLA JR., E. Olhar encarnado, geografias em formas-de-vida. **Geotextos**, v.14, n.2, p.237-254, 2018. <https://doi.org/10.9771/geo.v14i2.28599>
- MOORE, J. W. **Capitalism in the Web of Life: Ecology and the Accumulation of Capital**. London: Verso, 2015.
- POVINELLI, E. A. **Geontologies: A requiem to late liberalism**. Durham: Duke University Press, 2016. <https://doi.org/10.2307/j.ctv11g9857>
- RELPH, E. Geographical experiences and being-in-the-world: the phenomenological origins of geography. In: SEAMON, D.; MUGERAUER, R. (Orgs.) **Dwelling, place and environment: towards a phenomenology of person and world**. Dordrecht: Martinus Nijhoff Publishers, 1985, p.15-32. [https://doi.org/10.1007/978-94-010-9251-7\\_2](https://doi.org/10.1007/978-94-010-9251-7_2)
- SHIPMAN, P. Sans les animaux, le monde ne serait pas humain. In: MATIGNON, K. L. (Org.) **Révolutions Animales: Hommes et animaux un monde en partage**. Éditions Les liens qui libèrent: Paris, 2019, p.22-27.
- SIMPSON, M. The Anthropocene as colonial discourse. **Environment and Planning D: Society and Space**, v.38, n.1, p.53-71, 2020. <https://doi.org/10.1177/0263775818764679>
- TOADVINE, T. Climate collapse, judgment day, and the temporal sublime. **Puncta: Journal of Critical Phenomenology**, v.4, n.2, p.127-143, 2021. <https://doi.org/10.5399/PJCP.v4i2.8>
- TODD, Z. Indigenizing the Anthropocene. In: DAVIS, H.; TURPIN, E. (Orgs.) **Art in the Anthropocene: Encounters among aesthetics, politics, environments and epistemologies**. Open Humanities Press: London, 2015, p.241-254.
- TRIGG, D. **The Memory of Place: a phenomenology of the uncanny**. Athens: Ohio University Press, 2012.
- TSING, A. L. **The Mushroom at the End of The World: On the possibility of life in capitalist ruins**. Princeton University Press: Princeton, 2015. <https://doi.org/10.1515/9781400873548>
- TYNAN, L. What is relationality? Indigenous knowledges, practices and responsibilities with kin. **Cultural Geographies**, v.28, n.4, p.1-14, 2021. <https://doi.org/10.1177/14744740211029287>
- VANINI, P.; VANINI, A. What could wild life be? Ethno-ethnographic fables on Human-Animal kinship. **GeoHumanities**, v.6, n.1, p.1-17, 2020. <https://doi.org/10.1080/2373566X.2020.1717979>
- VANINI, P.; VANINI, A.; VALENTIN, E. Manicured landscapes: a video exploration of the Dolomite mountains as memoryscapes. **Social & Cultural Geography**, v.21, n.1, p.1-20, 2020. <https://doi.org/10.1080/14649365.2018.1446218>
- WHATMORE, S. Materialist returns: practising cultural geography in and for a more-than-human world. **Cultural Geographies**, v.13, n.4, p.600-609, 2006. <https://doi.org/10.1191/1474474006cgj377oa>
- WHYTE, K. P. Indigenous science (fiction) for the Anthropocene: Ancestral dystopias and fantasies of climate change crises. **Environment and Planning E: Nature and Space**, v.1, n.1, p.1-18, 2018. <https://doi.org/10.1177/2514848618777621>
- WOLFORD, W. The Plantationocene: A lusotropical contribution to the theory. **Annals of the Association of Geography**, v.111, n.6, p.1-18, 2021. <https://doi.org/10.1080/24694452.2020.1850231>
- WOODYER, T.; GEOGHEGAN, H. (Re)enchanted geography? The nature of being critical and the character of critique in human geography. **Progress in human geography**, v.37, n.2, p.195-214, 2012. <https://doi.org/10.1177/0309132512460905>
- WRIGHT, J. K. Terrae incognitae: the place of the imagination in Geography. **Annals of the Association of American Geographers**, v.37, p.01-15, 1947. <https://doi.org/10.1080/00045604709351940>

---

Recebido em: 07/07/2022

Aceito para publicação em: 04/05/2023